O trabalho do psicólogo na favela

REGINA LANDIN *
VERA LEMGRUBER *

1. Justificativa; 2. O psicólogo na comunidade; 3. Histórico do projeto; 4. Implantação do projeto; 5. Discussão e comentários.

1. Justificativa

Este trabalho partiu do interesse de duas psicólogas clínicas que trabalhavam como supervisoras de uma equipe de psicoterapia individual de adultos no Serviço de Psicologia Aplicada do Departamento de Psicologia da PUC/RJ.

No curso de nossa experiência de psicoterapia em uma instituição destinada ao atendimento psicológico de uma população mais desfavorecida, pudemos notar que grande parte do material trazido pelas pessoas atendidas transmitia toda uma série de dados provenientes de um universo cultural diverso daquele que é próprio dos estagiários e supervisores do SPA. Apesar de ser possível, com alguma experiência clínica, distinguir-se traços patológicos dos traços peculiares a um universo cultural específico, começou a surgir em nós o interesse de um estudo mais próximo de tudo o que envolve a realidade de vida dessas pessoas – seus valores, crenças, formas de comunicação, dificuldades etc. Acreditamos desta maneira poder lidar, de uma forma mais respeitosa e adequada, com clientes pertencentes a este universo cultural.

Com esta perspectiva procuramos uma comunidade na qual pudéssemos inserir uma equipe de estagiários de psicologia. Foi então que nos deparamos com a realidade de uma população bem mais carente ainda do que a que forma a clientela do SPA. As pessoas que chegam ao SPA dispõem pelo menos de acesso à informação a respeito de centros terapêuticos, e de possibilidades de tempo e dinheiro para poder arcar com os gastos de deslocamentos e transporte para o local de atendimento.

* Do Departamento de Psicologia da PUC/RJ.

A nossa saída para a comunidade respondia também a um movimento da PUC/RJ que procura vincular cada vez mais a universidade à realidade brasileira. Este movimento faz parte de uma das metas prioritárias das universidades católicas brasileiras colocadas na reunião de reitores, realizada no ano passado, no Rio Grande do Sul. Esta meta tem relação com as diretrizes lançadas pela Igreja Católica Latino-Americana nos encontros de Medellín e Puebla.

2. O psicólogo na comunidade

Certos tipos de comunidade podem apresentar demandas específicas e já amadurecidas de um determinado atendimento psicológico. Outras, a despeito de revelarem carências aos olhos dos técnicos, não apresentam uma demanda específica de atendimento. Por isso, apesar de se poder implantar em algumas comunidades serviços de psicologia clínica, escolar etc., seguindo o modelo tradicional, abre-se um campo específico de psicologia comunitária, onde a função precípua do psicólogo seria a escuta e interpretação das demandas da comunidade.

No trabalho de psicologia comunitária há sempre o risco de se tender a um excesso de psicologização na interpretação dos desejos da comunidade, e por isso é importante que se organizem equipes multidisciplinares. Este tipo de equipe permitiria evitar a tendenciosidade nas interpretações e facilitaria o atendimento das necessidades e desejos da comunidade surgidos durante o processo de escuta. A abordagem de psicologia comunitária realça a importância da escuta, com o objetivo de permitir que a comunidade expresse seus sentimentos, anseios e necessidades, a fim de se entender melhor e de estruturar-se com vistas à resolução de suas dificuldades. Cabe ressaltar que a equipe multidisciplinar não deve ter o papel de dar solução aos problemas surgidos – passando com isso à atividade assistencial – mas sim o de estar aberta para dar ajuda técnica quando solicitada.

3. Histórico do projeto

A partir do interesse de lidar diretamente com a comunidade passamos a procurar uma possível inserção para a nossa equipe. Ao entrarmos em contato com comunidades, algumas nos pareceram de entrosamento difícil, seja por falta de um elemento de ligação, seja por excesso de entidades e órgãos já trabalhando no local (o que torna a população por demais manipulada e desgastada).

Foi finalmente escolhida uma comunidade situada na periferia do Rio de Janeiro, bastante afastada de seu centro, com uma população de aproximadamente 5 mil famílias que seriam definidas como de quarto estrato, por suas características socioeconômicas-culturais e de marginalização na sociedade. Neste local não há infra-estrutura de urbanização (arruamento, construção adequada ou luz e gás) nem saneamento (água e esgoto).

A população não está eficazmente organizada nem há lideranças estruturadas. Isso se traduz por uma associação de moradores pouco dinâmica e não-representativa. É possível que haja outras lideranças, por exemplo, em torno de grupos religiosos, de banditismo, de tráfico de drogas etc., mas essas lideranças ou não parecem ser exercidas globalmente sobre a população, ou são de difícil acesso, por isso mesmo torna-se impossível uma avaliação de sua influência sobre a comunidade.

A Igreja Católica fica localizada na rua urbanizada adjacente à favela. Esteve desativada por mais de 10 anos, tendo sido reativada há aproximadamente um ano, pela ação de três irmãs salesianas que se instalaram no local num trabalho de pastoral de favelas.

Na Associação de Moradores, duas tardes por semana trabalha uma assistente social da LBA. Ela organiza grupos de senhoras e de jovens e faz visitas domiciliares. Do grupo de senhoras originou-se um curso de crochê organizado por elas próprias, estando também em funcionamento um curso de manicure. Em novembro iniciou-se uma classe do Mobral que funcionou só até o início deste ano.

Nossa entrada nesse local deveu-se a um pedido das freiras, que estavam assoberbadas de trabalho e com poucos recursos para atender aos problemas da comunidade. Na ocasião, apesar de nos dispormos a atendê-las, julgamos necessária a colaboração de outros técnicos capazes de atender a necessidades mais prementes da população (médicos, advogados, engenheiros, sociólogos etc.). Foi até levantada a hipótese de se constituir no local um campus avançado da PUC/RJ, visando conjuntamente o serviço à comunidade e a criação de campos de estágio mais adequados à realidade brasileira, para estudantes de diversas áreas. Sendo inviável a curto prazo a organização de um empreendimento de tal porte, resolvemos aceitar dar início ao nosso trabalho como ponto de partida de uma abordagem mais global, já que dispúnhamos de uma equipe de sete estagiários de psicologia dispostos a começar imediatamente as atividades.

Enquanto nos articulávamos para organizar um trabalho no local, surgiu a possibilidade de um convênio (que até hoje não foi efetuado) que nos dotaria de fundos. Neste momento nos foi doada uma verba que, no entanto, ultrapassou de muito as necessidades de um serviço de psicologia. Esta verba ficou, então, sob o controle do pároco local que a depositou em caderneta de poupança até que se decidisse sobre o seu destino, juntamente com a comunidade.

Em virtude de a doação ter surgido repentinamente, foi pedida à PUC/RJ uma assessoria para o estudo e planejamento, em conjunto com a comunidade, da aplicação destes recursos. Essa assessoria resultou de fato num germe de campus avançado e está sendo coordenada pelo Neurb (órgão de estudos e planejamento urbano da PUC/RJ), que se articulou com o grupo de psicólogos para dar início aos trabalhos. As irmãs salesianas fizeram um levantamento prévio onde 500 membros da comunidade exprimiram suas prioridades, cujas conclusões indicaram, por maioria maciça, o desejo de urbanização e saneamento. Tal resultado nos levou a renunciar ao emprego de qualquer parte desta verba para o serviço de psicologia.

4. Implantação do projeto

Estando à espera da efetivação do convênio e levando em conta que é difícil iniciar um trabalho sem saber com que recursos contar, decidimos adiar o início do projeto específico de psicologia. Optamos então por começar, juntamente com o Neurb, uma mobilização da comunidade com o fim de motivá-la a uma participação ativa e de torná-la consciente da importância, não só das decisões sobre a aplicação da verba, como também do trabalho de psicologia. Foi esta atuação que nos permitiu um entrosamento gradual com a comunidade, bem como o esclarecimento dos objetivos da equipe dos psicólogos e de sua independência do processo de decisão e de utilização da verba doada.

Parece importante ressaltar aqui que foi um incidente que nos encaminhou para esta entrada gradual. Entretanto, nossa experiência nos demonstrou a conveniência deste tipo de abordagem em atuação em comunidade.

O processo de mobilização acabou resultando numa assembléia por nós convocada para discussão da verba doada. A esta reunião compareceram aproximadamente 300 pessoas (tendo sido relatado posteriormente, por elementos da comunidade, que esta teria sido a maior concentração já ocorrida no local). Apesar de um pouco tumultuada, a assembléia chegou a decidir sobre a constituição de uma comissão de cinco membros, a ser eleita pela população, que teria por função refletir, juntamente com os técnicos da PUC/RJ, sobre qual o emprego da verba que responderia mais às necessidades da comunidade. Ficou também decidido na assembléia que, para constituir as comissões, qualquer morador do local poderia apresentar, no espaço de uma semana, uma chapa composta de cinco membros. Na semana seguinte, tendo sido apresentadas sete chapas, foi realizada uma reunião com estes candidatos, aberta à população, na qual foi decidido (de uma forma muito democrática) como seria organizada a eleição. Determinou-se nesta reunião que poderiam ser eleitores as pessoas maiores de 18 anos, moradoras no local e que apresentassem qualquer tipo de documento de identidade. A eleição foi realizada na semana seguinte, em clima surpreendentemente organizado, tranqüilo e democrático, tendo-se apresentado 1.600 eleitores. Foi escolhida, assim, uma chapa cujos representantes passaram a se encontrar na Associação dos Moradores com os técnicos da PUC/RJ, em reuniões abertas ao público.

Na fase de entrevistas de mobilização, havíamos entrado em contato direto com as famílias dentro de suas casas e ficamos sensibilizados e atentos às particularidades do universo cultural desta comunidade. Em vista disso, pedimos logo a colaboração de um grupo de sociólogos da PUC/RJ, a fim de caracterizar esta população e acompanhar o nosso trabalho, tentando avaliar que mudanças poderiam surgir no curso de nossa atuação. Este grupo atualmente está realizando um censo da população local, em colaboração com alguns membros da comunidade.

O trabalho específico da equipe de psicologia (em função de uma necessidade de se elaborar um projeto) havia sido anteriormente definido como o de organizar centros de atividades e de socialização para crianças em fase pré-escolar e para

adolescentes. Esse planejamento havia resultado de nossas primeiras observações da comunidade quando observamos um grande número de crianças e adolescentes sem ocupação e soltos pela favela. Além disso, nos pareceu também que esta seria uma forma conveniente de dar início a um atendimento que pudesse ser posteriormente expandido às famílias de uma maneira mais global.

O trabalho com os adolescentes, porém, supunha uma infra-estrutura mais complexa (ensino profissionalizante, bolsas de estudo), e, na ausência do convênio, não poderia ser implantado. Resolvemos por isso dar início somente ao grupo de atividades e de socialização de crianças pré-escolares, que passou a ser chamado de creche.

Solicitamos à Igreja Presbiteriana, que possui dentro da favela um salão onde mantém sua Escola Dominical, que permitisse a utilização deste local durante a semana, e convocamos uma reunião na Associação dos Moradores com as pessoas interessadas na creche. Compareceram a esta reunião umas 40 pessoas, que escolheram o horário de 8 às 12h para o funcionamento da creche (em contraposição ao nosso interesse de que fosse de 9 às 13h); foi resolvido também que cada mãe colaboraria com a limpeza do salão e com Cr$ 50,00 mensais para compra do lanche das crianças. Algumas mães se ofereceram para colaborar semanalmente, ajudando-nos diretamente nas atividades da creche. Em resposta à nossa colocação de que não tínhamos condições de manter uma mesma pessoa diariamente no local, embora considerássemos isso muito importante, uma das mães ofereceu-se para ficar.

Esta senhora tem-se mostrado extremamente ativa e sua participação tem-nos permitido não só solucionar a questão da estabilidade de uma figura de identificação, como além disso facilita grandemente nosso entrosamento com as outras mães, suas conhecidas do local.

Estamos na segunda semana de funcionamento, com 46 crianças (isto é, 6 acima do limite de 40, por nós estabelecido), e com uma fila de espera de 50 crianças.

5. Discussão e comentários

Um limite desse trabalho é a sua fundamentação teórica. Efetivamente, quando se deixa de tratar de um sujeito individual que chega ao psicólogo com uma demanda de tratamento explícita ou implicitamente formulada, passando-se a atuar num nível mais amplo – grupo, família, comunidade –, o uso de modelos teóricos como a psicanálise, criados a partir da problemática individual é de baixa validade. Por outro lado, a literatura específica de psicologia comunitária parece fundada num pragmatismo otimista que negligencia a noção de conflito social. Nessa perspectiva, o doente é considerado como um desviante das normas do grupo, devendo ser levado a novamente se conformar com elas. Tal visão minimiza a noção de

doença, seja como problemática específica, não-redutível a uma simples questão de adaptação social, seja como indicador de um mau funcionamento do grupo.

Nessa perspectiva de psicologia comunitária há também uma significativa mudança de enfoque. Até então os profissionais de saúde mental tinham-se ocupado da doença mental, e agora a tarefa que lhes é proposta é a de agentes de saúde mental. Ora, isso se dá sem que sejam bem definidas as causas da doença mental. O que se conhece são os seus antecedentes imediatos de desadaptação social. Considera-se então, analogamente ao que se faz em medicina preventiva (onde se tenta agir sobre os antecedentes imediatos, quando se desconhece o agente etiológico específico), que promover a saúde mental é concorrer para a readaptação social do marginalizado e mesmo prevenir a marginalização, evitando os conflitos que poderiam levar a uma desadaptação. O profissional de saúde mental passa assim a ser um agente da adaptação social através de um amplo controle da vida das pessoas, pois se presume que a marginalização poderia ser prevenida pelo controle de situações familiares, profissionais, interpessoais, institucionais etc. Não discutiremos aqui todas as implicações dessa ilusão de controle. Parece-nos, entretanto, importante salientar que a função que caberia ao psicólogo nesse contexto seria a de um agente de controle social e de garantia da estabilização estrutural.

Ora, esse papel contraria a conceituação que fizemos do psicólogo comunitário como um profissional à escuta dos problemas da comunidade, a fim de, juntamente com uma equipe multidisciplinar, ajudá-la a superá-los, seja através de transformações do indivíduo, seja através de transformações mais globais que envolveriam problemas comunitários em níveis cada vez mais amplos.

É necessário salientar dois aspectos importantes de nossa atuação – o da questão da autogestão dos serviços e o da entrada gradual na comunidade.

Ideologicamente, poder-se-ia questionar a tentativa de inserção gradual de um grupo de fora numa comunidade como sendo uma camuflagem, e até perguntando-se qual a utilização que teria a infiltração conseguida. Não há como negar que haverá sempre o risco de se usar esta penetração para objetivos escusos. Nossos objetivos foram, por um lado, o de facilitar a implantação de um serviço na comunidade evitando sermos sentidos como elementos agressores (já que acreditamos que elementos estranhos seremos sempre); e, por outro, o de fazer uma mobilização com o intuito de levar a população a procurar sair da passividade e assumir mais as decisões e o controle sobre aspectos importantes de sua vida, no pressuposto de que isso levaria a um nível mais elevado de saúde geral e mental.

Especificamente quanto à nossa entrada nessa comunidade, levantamos a dúvida sobre a probabilidade de que a facilidade de acesso e de ativação que tivemos deveu-se em grande parte ao dinheiro doado. É provável também que o nosso trabalho tenha ficado bastante caracterizado por este incidente inesperado. Não pensamos que só o dinheiro tenha sido o catalisador de toda a mobilização. Mas temos de levar em conta que sem uma esperança concreta de resolver os problemas, ou sem um tempo bem maior de inserção na comunidade, teria sido bem mais difícil levá-la a esta participação mais ativa. Refletindo posteriormente sobre

essa nossa experiência, sentimos que a entrada gradual e a inserção paulatina no seio da comunidade parece ser a maneira mais adequada de se começar um trabalho comunitário.

Por considerarmos que só será válido o trabalho que puder ser autogerido progressivamente pelos próprios membros da comunidade, devemos levar em conta que cada elemento por nós colocado no trabalho provavelmente não poderá ser reproduzido pela população. Por isso é preciso ir-se, a cada passo, dando a eles o máximo de informação e responsabilidade possíveis sobre o trabalho. Se assumirmos tudo, a comunidade tenderá a retrair-se. É preciso montar-se uma infra-estrutura mínima que depois dependa só de material de manutenção, e estimular-se a comunidade para que perceba a importância de assumir o trabalho a fim de levá-lo adiante, mesmo que em outro nível, mais acessível a ela.

Finalizando, é importante dizer que, embora acreditando que se deva entrar nas comunidades sem pressupostos do que fazer, havíamos planejado um atendimento tipo creche, por pressão da necessidade de elaboração de um projeto a ser aprovado sob forma de convênio. Em certo sentido, como na maioria dos trabalhos institucionais, estávamos limitados por um mínimo de exigência de planejamento. Para se viabilizar um projeto, muitas vezes há que se fazer algumas concessões, e a pergunta que fica é que tipo de concessão é compatível com a natureza do projeto a ser implantado.